



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão Permanente de Defesa e Promoção dos Direitos das Mulheres

Ata da 17ª (décima sétima) Reunião Ordinária da **Comissão Permanente de Defesa e Promoção dos Direitos das Mulheres**, realizada no dia 10 de setembro de 2025, às 14h30min. Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco reuniu-se a Comissão sob a Presidência da vereadora Adriana Guimarães, com a presença das vereadoras Etienne Coutinho Musso e Mônica de Souza Pontes Cordeiro. A reunião contou com a presença dos assessores Igor Rufino Vicente e Gleuber Loureiro Oliveira Pereira (Gabinete Vereadora Etienne Coutinho), José Genivaldo de Souza e Lorena Martins Dias Belarmino (Gabinete Vereadora Monica Cordeiro) e Welington Tobias (Diretoria de Processo Legislativo) e das senhoras Ana Paula Siqueira Fink, Catarina de Oliveira Siqueira e Vera Leite, integrantes do Coletivo Famílias pela Inclusão - Aracruz. A senhora presidente declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião ocorrerá em duas partes. 1ª Distribuição de matérias: a senhora Presidente procedeu a distribuição de matéria conforme a Tabela I. A vereadora Mônica Cordeiro, relatora do Projeto de Lei nº 055/2025, de autoria do Poder Legislativo, solicitou à Diretoria de Processo Legislativo que verificasse junto à Secretaria Municipal de Saúde se o prédio público, objeto de denominação do projeto, ainda não possui denominação. 2ª Discussão com a sociedade: A senhora Presidente informou que as senhoras integrantes do Coletivo Famílias pela Inclusão – Aracruz se fazem presentes para discussão sobre algumas circunstâncias que ocorrem com as mães que possuem filhos autistas estudantes da rede pública de ensino do Município de Aracruz; agradeceu a presença delas; e lhes concedeu a palavra. A senhora Ana Paula agradeceu a comissão pela oportunidade de discussão; informou que ser mãe de criança autista é uma condição que impacta diretamente toda a família; disse que as mães estão preocupadas com a aplicação, no Município de Aracruz, da Lei Estadual nº 12.520, de 28 de julho de 2025, que “Estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educação no estado do Espírito Santo, denominados "SOS Educação", pois acredita que ela causará um sofrimento muito grande às famílias, pois a norma não traz a ressalva para os alunos especiais que, diante de alguma crise, possam acidentalmente agir com violência para com os profissionais da educação; afirmou que na novel legislação está ausente a função social da escola (de integração), bem como as escolas municipais não têm recursos adequados - tendo em vista a ausência de investimentos da Prefeitura e a pouca disponibilidade de materiais/equipamentos na sala de recursos - e profissionais insuficientes, conforme previsto na Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência); acrescentou que a Prefeitura Municipal de Aracruz afirmou que contrataria mais servidores Assistentes de Educação (atual nomenclatura do cargo de Auxiliar de Professores de Educação Básica – Apeb) para atendimento das crianças autistas; afirmou que, no seu entendimento, a Lei estadual foi direcionada para as crianças autistas, o que pode forçá-las a abandonar a escola e o procedimento nela previsto quando ocorrer casos de violência, tais como acionar a Polícia Militar para registrar Boletim de Ocorrência, faz com que a criança e/ou a família seja caracterizada como criminosa, quando não verdade o que há é apenas uma condição de saúde especial: ser autista; e disse que a Lei em discussão fere direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, pois prevê a imputação de crime à criança. A senhora Presidente, vereadora Adriana Guimarães, relatou o caso de uma criança especial que, durante uma crise, mordeu a servidora Apeb e a escola informou à Polícia Militar sobre o ocorrido, contudo, ao ser comunicado, o Ministério Público notificou a Prefeitura Municipal por ela ter aplicado punição no aluno e questionou se não haveria outra solução menos gravosa. Na sequência, a senhora Presidente fez a leitura da Lei Estadual nº 12.520/2025 para discussão dos principais pontos. A vereadora Mônica Cordeiro lembrou o caso de um estudante da Barra do Riacho que, depois de agredir uma servidora Apeb, foi levado para a Delegacia de Polícia Civil, e após ser buscado pela

1





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão Permanente de Defesa e Promoção dos Direitos das Mulheres

mãe foi por ela esbofetado e levado até a casa da servidora para pedir desculpas, onde continuou sendo por ela agredido até que os vizinhos acionaram a Polícia Militar. O servidor José Genivaldo de Souza informou que a Lei Estadual nº 12.520/2025 é ampla e o professor deve se atentar aos casos específicos de cada aluno, não podendo generalizar sua aplicação, sendo o mesmo entendimento corroborado com o servidor Gleuber Loureiro Oliveira Pereira. A senhora Ana Paula informou que tem uma filha autista nível 3 de suporte, que fala pouco e usa comunicação alternativa, e buscou recursos tecnológicos para ofertar à escola, bem como se disponibilizou para passar as orientações aos servidores da educação, mas a Prefeitura não aceitou; relatou que numa ocasião três pessoas tentaram conter sua filha na escola, agarrando-a, e foram por ela mordidas, situação que gerou um Boletim de Ocorrência (um para cada pessoa); disse que a escola chamou-os (os pais) na escola e não foram comunicados dos boletins; acrescentou que ao pedir cópia dos boletins recebeu como resposta: “se você é assaltada na rua, você entrega o Boletim de Ocorrência ao bandido ou à polícia que vai se encarregar disso?”; e, por conta disso, ajuizou ação contra a Municipalidade. A senhora Presidente informou que a educação no Município de Aracruz teve avanço, mas ainda há muito a ser melhorada, inclusive como foi apontado pelo Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no processo das contas da Prefeitura do exercício de 2023; e sugeriu às vereadoras que a Comissão possa solicitar uma reunião com o Promotor de Justiça Dr. Marcelo e com a Secretária Municipal de Educação para verificar como será a aplicação da Lei Estadual nº 12.520/2025 em Aracruz. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente, vereadora Adriana Guimarães Machado, agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião e determinou a elaboração da presente Ata pelo servidor Welington Tobias, que, após lida e aprovada, segue assinada.

Adriana Guimarães ... (Presidente).....

Mônica de Souza Pontes Cordeiro

Etienne Coutinho Musso.....

Tabela I - Distribuição

- PLC - Projeto de Lei Complementar
- PLE - Projeto de Lei do Poder Executivo
- PLL - Projeto de Lei do Poder Legislativo
- PDL - Projeto de Decreto Legislativo
- PR - Projeto de Resolução

Projeto	Ementa	Autor(a)	Relator(a) anterior	Relator(a) atual
PLL 055/2025	Dispõe sobre a denominação da unidade de atenção primária à saúde situada no Bairro Santa Cruz.	Kapitão	-	Mônica Cordeiro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330036003700340038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ETIENNE COUTINHO MUSSO** em 19/09/2025 13:12

Checksum: **206B9F25CC46048D6F8B22D18C25AFA3C7F2B925C189BA1B663B0B23D6986173**

Assinado eletronicamente por **MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO** em 22/09/2025 13:51

Checksum: **320CEDBAE56E6A1ED415E454CE43276037D0F797235BD9EAD08A00D6EF27529D**

Assinado eletronicamente por **ADRIANA GUIMARÃES MACHADO** em 22/09/2025 14:54

Checksum: **7F8CAE6A17D21DBB72CD51AC3776F9D45AEADA2C8198350C9AD558A7F2EA0EE1**

